



Cristina Rosas de Salas*

Turbulências da prática

De modo lento, mas inexorável, nossa prática teve modificações que, se não forem consideradas, correm o risco de se tornarem marginalizadas e gerar uma perda que não compensa nenhuma ortodoxia. Muitas delas surgiram do terreno fértil da psicanálise, e teorizar e investigar sobre elas parece um caminho mais do que promissor para o futuro.

No entanto, como costuma acontecer frente às mudanças, há defensores extremados de determinadas condições para se considerar um tratamento como analítico apesar de que, como já se sabe, nem sempre tais condições produzem mudanças nos sofrimentos desnecessários que são o motivo pelos quais nos consultam. Por outro lado, fora dos congressos e dos debates acadêmicos, a prática parece transcorrer de outra forma.

* Asociación Psicoanalítica Argentina.

1. Três perspectivas para a análise

O contexto

No meu país, generalizou-se a aceitação de que se vai “à terapia” ou “ao psicólogo” ou, sem maiores detalhes, diz-se que se vai “à análise”. Os motivos para tal aceitação com certeza têm a ver com o trabalho realizado pelos pioneiros, bem como com a difusão da teoria e da prática da psicanálise na universidade, especialmente nas faculdades de psicologia.

A existência de universidades públicas e gratuitas, e a criação de novas instituições na populosa área metropolitana de Buenos Aires e em todo o país, geram uma classe média de profissionais, inclusive de primeiros universitários, que aceitam a consulta psicológica como uma possibilidade garantida e sem grandes preconceitos.

Por outro lado, a ideia de que quem consulta um “psicólogo” está louco também perdeu intensidade no imaginário popular, e a diferença entre os que medicam e os que conversam é mais clara que há alguns anos.

Essa situação não passou despercebida para a economia de mercado, que inclusive a registrou antes dos próprios psicanalistas. E hoje essa oferta está presente para seus afiliados. Os analistas, a princípio reticentes e talvez sob a crença de que poderiam se manter à margem das condições de outros profissionais, hoje veem com mais frequência nessa oferta profissional uma possibilidade de trabalho. O contrato então já não é só entre analista e analisando, à medida que o plano de saúde ou o seguro de saúde intervêm, determinando, por exemplo, o número de sessões concedidas aos seus associados.

Os âmbitos

Como diz André Green (2010), o “trabalho de psicanalista” hoje é realizado em âmbitos que excedem amplamente o consultório particular. Existe em prisões, escolas, hospitais, clubes de futebol e, às vezes, acontece em condições que põem à prova a convicção no método e na perícia.

Em muitos casos, observa-se o que pode ser chamado de “uma prática de intervenções”, que encontra seu fundamento nos conceitos

centrais da teoria psicanalítica, mas que coloca em debate, ao mesmo tempo, o enquadre tradicional e a associação entre enquadre e processo analítico. Assim a sequência frequência-regressão-profundo-melhor é fortemente questionada, o que torna necessário repensar cada um dos termos.

Termina não sendo estranho que as condições estruturais sejam o que permite entender por que, mesmo com uma baixa frequência de sessões, conseguem-se avanços frente ao sofrimento enquanto que, em outras ocasiões, a gravidade das falhas e as defesas utilizadas precisam de condições, formação e experiência que excedem a consideração, apenas, do número de sessões. Razão pela qual é necessário avaliar cuidadosamente as condições mais propícias com os recursos disponíveis e considerando como ponto de partida o motivo da consulta e os efeitos de desestabilização produzidos pelo que aconteceu. A perícia para poder discriminar essas circunstâncias parece não ser um dado menor e é um argumento forte para a demanda de formação.

Teorizar sobre tais práticas, torná-las conhecidas, poder transmiti-las, é, além do mais, um desafio para os institutos de formação e implica pensar como atenuar o hiato que costuma surgir entre o que se transmite neles e o que efetivamente se realiza.

A demanda

Os motivos de consulta também se diversificaram e, às vezes, põem à prova conceitos que aprendemos e que repetimos por anos. É o caso dos direitos obtidos pelas minorias, como o matrimônio igualitário; o que surge graças aos avanços da ciência; o desenvolvimento tecnológico e os vícios que geram; a incidência da imagem na constituição da subjetividade; a exigência de adaptação e produtividade no universo trabalhista e educativo; e vários outros mais.

No entanto, algo não mudou: vêm os que sofrem e, às vezes, depois de terem passado por “múltiplas” ofertas de tratamento, que vão da religião até a autoajuda e a medicação.

Nesse ponto, entendendo que depende de nós e de nossas instituições sustentar a psicanálise como uma alternativa válida frente ao sofri-

mento, para o qual considero necessário atenuar a nostalgia em relação ao que era a prática em outras épocas.

São preocupantes o desencanto e as saudades das “épocas de ouro”, quando os analisandos associavam e aceitavam o enquadre proposto sem questioná-lo muito, e éramos solicitados sem condicionamentos. E tudo isso dito, por vezes, a partir de uma perspectiva moralizante que se aproxima mais da melancolia do que do luto.

Também parece mesquinho, para a riqueza da psicanálise, ficar só como denunciante de transformações que nos assustam ou escandalizam e que penso associadas com aspectos ideológicos não analisados o suficiente. Tal posição está mais próxima de nos converter em guardiões do status quo do que de fazer da nossa prática a possibilidade que aproxime o sujeito dos seus desejos mais genuínos e de que assumam as inevitáveis consequências que isso traz.

Por que não sermos freudianos e sustentar o entusiasmo pelas vanguardas? Por que não sermos freudianos, sem medo frente aos obstáculos?

2. Expectativas

Em resumo, considero que é necessário enfrentar a passagem de uma prática ideal (ou idealizada) para a diversidade, com prudência. Coincidiu em pensar a prudência “como uma virtude que protege tudo o que é radical, transformador ou simplesmente estranho das ameaças às quais estaria exposto em um mundo em que os poderes fáticos, e também um conservadorismo do senso comum, reagem contra a força embrionária das coisas novas no lugar em que aparecem; contra as ideias, as experiências e as iniciativas de onde podem brotar uma diferença” (Tatián, 2012).

A prudência nesse caso não evita agir ou produzir ações concretas, nem o trabalho sobre experiências que nasçam. Trata-se de encontrar uma distância e um tempo justos (prudentes) para que o heterogêneo ao conhecido não gere resistências tão intensas que dificultem o necessário intercâmbio das experiências. A ideia é a de uma heterogeneidade prudente.

Se isso for possível, a investigação das turbulências geradas na passagem do Ideal

para as mudanças na prática, com certeza, será uma alternativa promissora para pensar o futuro da psicanálise.

Referências

- Green, A. (2010). *El pensamiento clínico*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Tatián, D. (2012). Mi libertad empieza donde empieza la libertad de otro. *Página/12*. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-194501-2012-05-21.html>